

#### 4.º Tema

O Ensino, reflexo da estrutura sócio-económica de um dado país

1- O Ensino reflecte sempre as condições objectivas, sócio-económico-políticas de uma dada sociedade.

-Assim, na sociedade medieval o ensino veiculava a ideologia dominante do modo de produção feudal.

-Na sociedade capitalista, onde há apropriação privada dos meios de produção, o ensino está ao serviço da classe dominante - veicula uma ideologia que perpetua a sua dominação.

-Na sociedade socialista, onde existe a apropriação colectiva dos meios de produção, o estado é o poder dos trabalhadores - o ensino está ao serviço da maioria da população.

2- No entanto, o capitalismo encerra em si contradições inevitáveis, que são irreversíveis e tendem a agudizar-se.

3- A luta de classes reflecte-se necessariamente nas escolas. A força do movimento popular, das organizações democráticas repercute-se na Universidade e nas escolas. Os estudantes tomam consciência dos problemas da sociedade; por sua vez intensificam as suas movimentações que vão também contribuir para engrossar a luta popular.

Esta consciencialização política determina que os quadros técnicos no sistema capitalista não vinculem necessariamente a ideologia da classe dominante, e isto, apesar da feroz selecção de classe do sistema de ensino.

4- Para além deste factor, os quadros técnicos que saem das escolas capitalistas vêm integrar-se na produção, vêm trabalhar na sociedade - em sectores públicos ou privados. O seu trabalho vem reforçar as forças produtivas da sociedade. Logo vem agudizar a contradição fundamental do sistema capitalista - a apropriação privada dos meios de produção e o carácter social da produção.

5- Os dois pontos acima apontados não permitem tirar conclusões esquemáticas. Isto porque é determinante a situação política do país, o desenvolvimento da luta popular de massas, e o isolamento da classe dominante.

6- Daqui se conclue que nos países capitalistas não é correcta a utilização, em abstracto, da fórmula " o ensino serve a burguesia ". Tal concepção não reflecte as condições objectivas existentes na sociedade - é reacçãoária porque ignora a força política do movimento popular.

7- Em Portugal vive-se uma situação revolucionária, em que se processam profundas alterações políticas. Mantém-se o capitalismo, mantém-se o poder dos monopólios. Mas o Governo não representa os monopólios, antes, pelas medidas que tem levado a cabo, e pode continuar a levar, corresponde no fundamental aos interesses das massas trabalhadoras.

Fá portanto uma dissociação entre o poder económico e o poder político.

8- Além de ter sido posto fim à guerra colonial e encetado o processo de independência das colónias, foram instauradas as liberdades fundamentais. Está a ser conduzida uma política que visa cortar o passo à reacção, melhorar o nível de vida das classes trabalhadoras, levar a cabo medidas anti-monopolistas que façam pagar aos monopólios as dificuldades económicas que o país atravessa - que são unicamente o resultado da sua política anti-nacional.

9- Das conquistas hoje alcançadas, dos passos hoje dados no processo de democratização, dependerá a evolução futura da situação política em Portugal.

10- No terreno do ensino, já importantes passos foram dados, que se traduzem hoje na participação dos estudantes em estruturas paritárias de gestão das faculdades, no saneamento de elementos comprometidos com o regime fascista, na abolição do conteúdo reacçãoário de algumas cadeiras e modificação dos métodos de ensino, de forma a que ele não vise servir os monopólios mas os interesses nacionais.

11- Importa agora avançar também em medidas que progressivamente vão eliminando o carácter de classe do ensino, em especial do universitário. Para isso, preconiza-se a prioridade de acesso em especial ao ensino superior, aos filhos das classes trabalhadoras.

Medidas que garantam desde já a todos os jovens o efectivo direito e a possibilidade prática de acesso a todos os graus do ensino de acordo com a base das suas capacidades. Medidas que institucionalizem já as facilidades de acesso aos filhos das classes trabalhadoras.

12- Devem ser tomadas medidas imediatas que solucionem os problemas específicos dos estudantes trabalhadores pois mesmo alteradas as condições globais de funcionamento das escolas, continuam a ser das mais difíceis as condições de estudo do estudante trabalhador pela sobrecarga de esforço que as aulas vêm trazer após um dia de trabalho. Esta sobrecarga leva ao adormecimento das capacidades intelectuais, à aprendizagem acrítica, à impossibilidade de investigação, de procura de caminhos novos, tudo se traduzindo em perda de Recursos Humanos.

É forçoso que se encontrem formas de tornar viável o estudo mais completo, mais crítico, mais criador, impossível sem enormes sacrifícios se não se resolverem problemas imediatos e que apontaremos.

Assim:

A1- Por serem estudantes ou pretenderem estudar, é-lhes negado ou o direito ao trabalho ou o direito ao ensino, situações que se têm verificado com bastante frequência, violando cláusulas convencionais e que na ordem democrática instaurada em 25 de Abril não poderão continuar ;

B2- Verifica-se que a maioria dos estudantes trabalhadores desempenham funções de forma alguma compatíveis com a sua qualidade escolar, funções essas que se tornam rotineiras e adormecedoras das suas capacidades intelectuais desempenhando uma influência negativa no seu aproveitamento escolar.

C3- Que a actividade escolar é bastante prejudicada pelos horários de trabalho em vigor e se considera possível proceder à sua alteração.

Sendo o acesso ao ensino e à cultura um direito inalienável das classes trabalhadoras e um ponto preciso do programa do M.F.A. entendemos que este direito deve ser não só reconhecido como sobretudo o seu exercício incentivado por medidas legais e convencionais; entendemos também que na actual conjuntura política a designação de estudantes trabalhadores se manterá e, deste modo, tem todo o cabimento a caracterização rápida dos nossos objectivos.

4- No campo do trabalho:

1- que seja garantido por via legal, que a nenhum estudante trabalhador seja negado trabalho pelo facto de pretender ou se encontrar a estudar, proibindo-se as cláusulas dos contratos individuais que

limitem por qualquer forma esse direito;

2- Que por via legal ou convencional se assegure a atribuição pela entidade patronal ao estudante trabalhador de actividades compatíveis com o ensino professado, em ordem a evitar prejuízos para a actividade escolar e para o próprio trabalho desenvolvido, no âmbito da empresa, pelo trabalhador;

3- Que , de acordo com os períodos de laboração e funcionamento normais das empresas e serviços seja possibilitado aos estudantes trabalhadores desenvolverem a sua actividade profissional num período único, ou para cada caso, encontrar outras soluções de horários diferenciados que, tenham sempre por objectivo a criação de tempos livres a utilizar nas actividades escolares;

4- Que por via convencional se consigam reduções da duração do trabalho para os trabalhadores que, comorovadamente, frequentem estabelecimentos de ensino.

B- No campo do ensino:

1- Ensino gratuito e criação de novas escolas;

2- Elaboração de horários que possibilitem uma normal frequência da escola aos estudantes trabalhadores;

3- Reformulação dos conteúdos das cadeiras, tendo em conta não só a eliminação do carácter faseista do ensino como a ligação entre o trabalho prático e o estudo;

4- Adaptação dos métodos de ensino às características pedagógicas dos estudantes trabalhadores;

5- Por último a criação duma Comissão Interministerial que estude as propostas aprovadas neste Seminário com vista à sua execução prática.

13- Tendo em conta os graves problemas com que se debate hoje o ensino, que são o resultado unicamente da política faseista do anterior regime, os estudantes dispõem-se a desenvolver desde já todos os esforços no sentido da reconstrução de um Ensino Novo que sirva os interesses nacionais e os interesses do povo português.

14- Este objectivo é incompatível com a degradação ou deterioração das condições pedagógicas. Hoje, o nosso país necessita de quadros

que aliem uma boa formação técnico-científica, com uma profunda consciência política e dedicação aos ideais da democracia.

15- Dentro desta perspectiva, lutar-se-á por um melhoramento das condições do ensino e de aprendizagem, lutar-se-á contra tentativas que visem o abandalhamento do ensino e todo e qualquer facilitismo que vise a obtenção oportunista de um canudo.

16- Considerando que para a resolução dos graves problemas do ensino, são necessárias medidas de fundo, e ainda um aumento radical de verbas para a educação, preconiza-se a adopção imediata de medidas anti-monopolistas, condição única para resolver os problemas existentes.

17- Os estudantes declaram-se firmemente dispostos a avançar na democratização do ensino, que depende também do avanço do processo de democratização do país, e por sua vez influenciará a evolução deste. Para isso, aproveitando a correlação de forças políticas existente, há que desde já avançar nas medidas possíveis de serem adoptadas, em estreita cooperação com o corpo docente progressista e as autoridades escolares, nomeadamente o Ministério da Educação e Cultura. Há que dinamizar pois o processo de democratização do ensino e das escolas, desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito criador das massas estudantis.